

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 20/11/2018

- [Comissão de Direitos Humanos do TJPE participa de Congresso Internacional de Alienação Parental](#)
- [Novo marco propõe que aluno com deficiência estude em escola especial](#)
- [Abraminj lança documento com diretrizes para o procedimento de Busca Ativa](#)
- [Funase em Caruaru recebe segundo dia de caravana de profissionalização](#)
- [Governo de Pernambuco realiza Semana Estadual da Juventude](#)
- [Crianças e adolescentes sul americanos participam de encontro no Rio de Janeiro](#)

Assunto: Comissão de Direitos Humanos do TJPE participa de Congresso Internacional de Alienação Parental

Fonte: Tribunal de Justiça de PE

Data: 20/11/2018



Palestrantes do Brasil e dos países Portugal, Argentina e Paraguai participam do VII Congresso Nacional e V Congresso Internacional sobre Aliança Parental. O evento teve início nesta segunda-feira (19/11) com programação para terça (20) e quarta (21). A Universidade Feevale sedia o congresso na cidade de Novo Hamburgo, no Rio Grande de Sul com a participação de equipes do Judiciário pernambucano.

A Comissão de Direitos Humanos do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) é representada no evento pelo seu presidente, o desembargador Bartolomeu Bueno e seus outros dois integrantes, desembargadores Alfredo Jambo e Waldemir Tavares; e ainda pelo seu secretário executivo, João Passos.

Barolomeu Bueno será um dos palestrantes. O magistrado pernambucano vai ministrar a palestra “Alienação Parental sob a ótica dos Tribunais”. “Farei uma breve incursão sobre guarda compartilhada como instrumento eficaz de combate à alienação parental”, explica o magistrado.



Assunto: Novo marco propõe que aluno com deficiência estude em escola especial

Fonte: Diário de PE

Data: 20/11/2018



O texto preliminar do novo marco regulatório da educação especial permite que estudantes com deficiência estudem em escolas e classes especiais. Segundo a nova Política Nacional de Educação Especial, que está em consulta pública, a escola especial é indicada “quando as barreiras na escola comum não forem eliminadas para a garantia de efetiva aprendizagem, participação e igualdade de oportunidades”. Hoje (19), a proposta foi debatida em audiência pública promovida pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), em Brasília.

Elaborada pelo MEC em conjunto com especialistas, a nova política está disponível para receber contribuições da sociedade, pela internet, até o dia 23. O texto final será encaminhado ao CNE. A proposta, segundo o MEC, é atualizar a legislação vigente. Atualmente, há mais de 1 milhão de matrículas de estudantes do ensino especial nas escolas públicas e privadas da educação básica.

O texto, no entanto, traz pontos considerados polêmicos, como as escolas especiais. Para a advogada e vice-presidente da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down, Ana Cláudia Mendes de Figueiredo, permitir que a escolarização dos alunos com deficiência deixe de acontecer nas escolas e classes regulares “é um retrocesso”. A entidade participou das reuniões, junto com outras entidades e especialistas na área, mas diz que nenhuma de suas sugestões e ponderações foi contemplada.

Ana Cláudia defende que esses estudantes estudem em classes tradicionais e que as escolas sejam adequadas para recebê-los. Segundo ela, o texto proposto promove a segregação de alunos que “não conseguem acompanhar” ou ter pleno êxito escolar medido por avaliações e retoma “modelo médico da deficiência, pautado na incapacidade e na incompetência do aluno”.

Segundo a advogada, essa visão sobre a deficiência foi superada pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada pelo Brasil em 2009. “A deficiência não é mais simplesmente um impedimento, de qualquer natureza, nas estruturas e funções do corpo. É o resultado da interação entre esse impedimento e as barreiras que são impostas pela sociedade. Quanto maiores as barreiras, menores serão as condições de inclusão social da pessoa. Se tenho impedimento, mas as barreiras da sociedade são eliminadas, eu consigo participar da vida em sociedade, em igualdade com todas as pessoas”, defende.

Na educação, de acordo com Ana Cláudia, quando as escolas oferecem condições de acessibilidade e apoio, os estudantes podem ser inseridos plenamente, não havendo necessidade de frequentarem exclusivamente escolas especiais.

O ponto do novo marco é, no entanto, elogiado pela coordenadora nacional de Educação e Ação Pedagógica da Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes), Fabiana Maria das Graças Oliveira. “Temos alunos que têm necessidade de ajuda e apoio intenso e adaptações significativas que dificilmente conseguiriam estar em uma escola comum. A escola especial é só esse caso”.

Segundo a relatora da Comissão de Educação Especial do CNE, Suely Menezes, a política, criada em 2008, ainda não está plenamente em prática. “A política de 2008 colocou o aluno com deficiência nas classes regulares. A política é estabelecida dentro de uma visão internacional que puxa o Brasil para adotar esses conceitos e atitudes internacionais, mas o Brasil não estava muito preparado”, diz.

Para ela, a política “não deu muito certo porque a escola não tem estrutura, os professores não foram qualificados, porque acabaram-se as escolas especiais, mas tem muito aluno especial que precisa de escolas especiais. Isso tudo que se está tentando corrigir”.

Texto para consulta

O texto disponível para consulta pública estabelece que a escola especial é aquela constituída “em caráter eventual, com atuação exclusiva em educação especial e organizada para maximizar o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com impedimentos individuais múltiplos e significativos”. Diz ainda que a escola especial deve ser regulamentada pelos Conselhos de Educação Estaduais, do Distrito Federal ou Municipais.

Já as classes especiais serão adotadas, pelo texto, “quando a imposição de barreiras não for eliminada para a inclusão dos estudantes nas classes comuns do ensino regular. A classe especial deve definir ano/série, observar o currículo comum com diferenciação e o fluxo escolar do estudante. Deverá ser considerada a equivalência etária com os demais colegas da escola”.

A diretora de Políticas de Educação Especial do MEC, Patrícia Raposo, ressalta que a proposta está em construção. “Não podemos dizer ainda que está pronto o documento porque ele é uma base para que a sociedade, pesquisadores e professores contribuam para que a gente tenha de fato um documento que proporcione a estados, municípios e ao Distrito Federal organização da educação especial, atendendo a todas as necessidades”.

Assunto: Abraminj lança documento com diretrizes para o procedimento de Busca Ativa

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 20/11/2018



A Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude (ABRAMINJ) lançou um documento onde norteia a atuação dos operadores do Direito Infanto-juvenil como proceder na busca de pretendentes à adoção de crianças e adolescentes, inseridos em programas de acolhimento familiar e institucional, que atualmente não possuem correspondentes habilitados no Cadastro Nacional de Adoção.

As diretrizes que compõem o documento visam positivar a atuação dos operadores do direito e promover os procedimentos da Busca Ativa de forma ampla.

Acesse o endereço abaixo, para conferir todas as diretrizes:

http://abraminj.org.br/Painel/arquivos/diretrizes_para_os_procedimentos_de_busca_ativa_pdf.pdf

Assunto: Funase em Caruaru recebe segundo dia de caravana de profissionalização

Fonte: Governo do Estado de PE

Data: 20/11/2018



O Centro de Atendimento Socioeducativo (Case) Caruaru está recebendo, nesta terça-feira (20), o segundo dia de atividades da Caravana Juventude em Movimento. A jornada inclui oficinas e palestras profissionalizantes, que ocorrem de forma simultânea e incluem a maior parte dos adolescentes atendidos na unidade. As atividades são desenvolvidas pelo Eixo Profissionalização, Esporte, Cultura e Lazer da Funase em parceria com o Centro de Integração Empresa Escola (CIEE), que certificará as ações.



A caravana faz parte de uma série de esforços da Funase para incrementar as ações de qualificação profissional e lazer no Case Caruaru. Nesta terça, estão acontecendo oficinas como as de Eletrônica Básica, com carga horária de 15 horas/aula, e de Introdução ao Reparo de Computadores, com 14 horas/aula. Ambas são consideradas áreas com boa demanda de mercado, o que pode se traduzir em oportunidades de trabalho futuras para os socioeducandos que estão sendo capacitados durante as oficinas.

A programação do segundo dia da Caravana Juventude em Movimento ainda conta com a palestra “Currículo sem Segredo”. Toda a jornada de atividades no Case Caruaru ocorre em período integral. O terceiro dia da programação será a próxima terça-feira, 27 de novembro. A caravana também já foi realizada com sucesso no Case Timbaúba, no Case/Cenip Garanhuns e no Case Jaboatão.

Assunto: Governo de Pernambuco realiza Semana Estadual da Juventude
Fonte: Governo do Estado de PE
Data: 20/11/2018



Com capacitação, competições esportivas e apresentações culturais, a Semana Estadual da Juventude promete agitar a rotina de escolas estaduais e casas da juventude de oito municípios de Pernambuco, no período de 19 a 24 de novembro. A iniciativa é do Governo de Pernambuco, através da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude (SDSCJ), juntamente com o Comitê Intersetorial (CIPPJ) e o Conselho Estadual de Políticas Públicas de Juventude (CEPPJ).

Ao longo da semana estão programadas atividades conjuntas da SDSCJ com outras secretarias estaduais, organizações da sociedade civil, secretarias municipais e coletivos juvenis. Os seminários, atividades esportivas, serão realizados no Recife e nas cidades de Arcoverde, Caruaru, Gameleiras, Goiana, Jaboatão dos Guararapes, Olinda e Timbaúba. Todas as atividades são organizadas pela Secretaria Executiva de Políticas para Criança e Juventude (SEPCJ) com o apoio da Executiva de Articulação Social (SEART), ambas da SDSCJ.

Para o secretário Cloves Benevides (SDSCJ) a Semana é uma oportunidade única para a os jovens aprenderem um pouco mais sobre seus direitos e deveres, e ainda ter acesso ao mercado de trabalho, por meio de qualificação profissional, e outras ações afirmativas para o segmento. "Com esta estratégia, ampliamos o diálogo com jovens dos territórios, oferecendo, entre outras coisas, uma oportunidade de construção da cidadania, por meio da formação técnica", afirma. Cloves participará da mesa de abertura do evento a ser realizada nesta segunda-feira (19) no auditório da Uninassau, no Shopping Patteo de Olinda.

Abertura – A semana começa com posse do comitê do Programa Identidade Jovem pela manhã, seguido de recital, e à tarde palestra com Cristiano Pimentel, procurador do Ministério Público de Contas (MPCO). Com o tema “Juventude no Orçamento”, o procurador irá mostrar aos gestores de juventude e demais público presente, a importância de entender como funciona o orçamento público e como os gestores jovens podem fazer uso do mesmo para implementação das políticas públicas voltadas para juventude.

Os jovens interessados em oportunidades de trabalho poderão se inscrever gratuitamente para oito mil vagas nos cursos de qualificação profissional, nas Casas da Juventude (Gameleira e Arcoverde) e nas Estações do Governo Presente, no Recife, Jaboatão, Caruaru e Petrolina. A capacitação faz parte do projeto Juventude Presente, coordenado pela Secretaria Executiva de Articulação Social, também ligada à SDSCJ, e que tem como parceiros a Microlins e o Prepara Cursos.

A Semana Estadual de Juventude foi instituída pela lei nº 13.325/2007 e tradicionalmente é celebrada na quarta semana do mês de outubro. No entanto, devido ao calendário do segundo turno das eleições municipais, as comemorações ficaram para este mês de novembro. Trata-se

de um conjunto de ações e atividades voltadas aos jovens com o objetivo de fortalecer o acesso dos pernambucanos à informação, cultura, educação, lazer, esporte e outras áreas.

Serviço:

Semana Estadual da Juventude – Pernambuco

Quando: 19 a 24 de novembro

Abertura: segunda-feira (19/11), às 9h30, no Auditório da UNINASSAU – Shopping Patteo Olinda

Programação - dia 19/11:

09:30 Recepção Cultural - DJ Zero - Grupos de Dança - Capoeira - Sepaktakraw

10:00 Mesa de abertura da Semana Estadual de Juventude, com a presença do secretário da SDSCJ Cloves Benevides

10:30 Posse do Comitê Estadual de Acompanhamento e Fiscalização do Programa Identidade Jovem – CEAFID Jovem/PE

11:00 Recital da Juventude

12 h – 14 h Intervalo para almoço

14:00 Bate Papo sobre “Juventude no Orçamento” com Cristiano Pimentel - Procurador do Ministério Público de Contas do TCE

15:00 Bate Papo sobre Empreendedorismo Juvenil com o Criador do Projeto Inova Jovem - Vinicius Mendes Lima

16:00 Entrega de Certificados aos Gestores de Juventude do Ano

Assunto: Crianças e adolescentes sul americanos participam de encontro no Rio de Janeiro

Fonte: Ministério dos Direitos Humanos

Data: 20/11/2018



Mais de 180 crianças e adolescentes do Brasil, Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai se reuniram no Rio de Janeiro, entre os dias 15 e 18 de novembro, para falar sobre as ações desenvolvidas em seus países para garantir que eles possam participar como protagonistas na formulação de políticas públicas. O evento foi organizado no Brasil pelo Ministério dos Direitos Humanos (MDH), Fórum Nacional de Defesa das Crianças e Adolescentes, pela Articulação Nacional dos Centros de Defesa das Crianças e Adolescentes (AMCED) e pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH).

O objetivo foi fortalecer as ações de participação de crianças e adolescente a nível sub-regional, reunindo representantes das coalizões nacionais da REDLAMYC - Rede Latinoamericana e Caribenha de Defesa de Crianças e Adolescentes.

Os participantes do evento construíram uma linha temporal para visibilizar os espaços de incidência onde participam crianças e adolescentes, consensuar os principais temas que consideram prioritários e gerar um plano de ação.

O encontro contou com a participação da Escola de Samba Estácio de Sá que, de forma lúdica e cultural, apoiou os jovens a encontrar formas de comunicar suas propostas e soluções para os maiores problemas que enfrentam na atualidade. A sub-região Sul tem desafios comuns que afetam as crianças e adolescentes como combater a pobreza, a violência, a desigualdade, a falta de moradia e saneamento básico, os homicídios, crianças e adolescentes em situação de rua, trabalho infantil, abuso e exploração sexual entre outros.